

Conclusões

Bernardo Sorj
Malori J. Pompermayer
Odacir Luis Coradini

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B., POMPERMAYER, MJ., and CORADINI, OL. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Conclusões. pp. 96-98. ISBN: 978-85-99662-52-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONCLUSÕES

Nos últimos anos, no Brasil, tem-se desenvolvido um debate que tende naturalmente a se ampliar, sobre a natureza dos produtores rurais familiares integrados ao complexo agroindustrial.⁵³

As hipóteses fundamentais na caracterização desses grupos tendem a se polarizar em torno de dois paradigmas. Enquanto para uns tratar-se-ia de trabalhadores para o capital, isto é, os produtores familiares estariam diretamente subordinados ao capital e sendo por ele expropriados, para outros estaríamos presenciando a formação de camadas de burgueses e pequeno-burgueses.

Existe, sem dúvida, um amplo espaço nesse debate sobre a propriedade no uso dos conceitos utilizados por essas perspectivas. Porém esse tipo de confrontação, sem ser irrelevante, é limitado em seus resultados e perspectivas. O que nos interessa indicar aqui é que o uso exclusivo de categorias analíticas provenientes do estudo do modo de produção capitalista leva a nos descuidarmos das especificidades das relações sociais realmente existentes no campo, as quais, embora inseridas e subordinadas aos circuitos de acumulação capitalista, mantém rasgos próprios. Quando esses rasgos não são reconhecidos, perde-se a capacidade de entender a especificidade das lutas desses grupos sociais, suas condições de existência e seu universo simbólico, além dos limites que apresentam e representam à acumulação de capital.

No presente trabalho, procuramos mostrar alguns aspectos que caracterizam esses produtores e a sua relação com a acumulação do capital agroindustrial:

1. O duplo sentido da integração, como mecanismo pelo qual a agroindústria assegura seu abastecimento monopsônico e como forma pela qual o produtor familiar garante sua sobrevivência.

Para o produtor integrado, a questão básica não é sua subordinação ao capital industrial, mas a possibilidade e ameaça presente de sua exclusão definitiva das mínimas condições de produção, representada fundamentalmente pela ameaça da perda total da terra que se constitui no principal meio de produção numa agricultura desse tipo. Por outro lado, para os produtores em bases familiares, a integração não se apresenta de imediato em seu aspecto de exploração, posto que esses produtores sempre estiveram subordinados ao capital comercial tradicional, e, por isso, sua integração e subordinação ao moderno capital industrial-financeiro se apresenta de imediato como a possibilidade de desenvolvimento da produção, através do desenvolvimento tecnológico e da melhoria das condições de realização da produção. Em outras palavras, e grosso modo, a espoliação na compra da produção pelo capital industrial-financeiro é mais sistemática e previsível e menos

⁵³ Sem ser uma lista exaustiva, podem-se consultar: N. Nanderley (1979), Graziano da Silva (1979), P. Sandroni (1980), P. Beskoff (1979), B. Sorj (1980), Coradini e Fredericq (1981), J.V. Tavares (1978), G. Müller (1981) e J.L. Lopes (1978).

especulativa que o capital usurário e comercial tradicional, pelo menos em sua manifestação, além de estar mais estreitamente vinculada à coordenação e mediação do Estado.

Existem elementos ideológicos, como por exemplo a própria "insegurança" da produção agropecuária, que, pelo menos na representação, é amenizada pela integração. Tanto que a própria integração é seletiva. Pode-se levantar a hipótese de que o caráter de segurança que a produção de auto-consumo tinha foi desequilibrado pela produção diversificada para o mercado, sendo substituído pela integração, ou seja, pela maior participação num intercâmbio monopsonico.

2. Os limites da integração estão dados por dois fatores: a capacidade de resistência do produtor rural e os limites objetivos que este apresenta a certos níveis de concentração da produção. No primeiro caso, temos a capacidade de resistência - organizada ou não - que o produtor familiar pode opor à integradora, seja se retirando, seja exigindo maiores margens de ingresso, levando a empresa a optar pela integração vertical. No segundo caso, a integração vertical se imporia porque os ganhos de escala que ela permitiria seriam superiores às vantagens do uso da integração de produtores familiares. Contra isso, existiriam, porém, as imobilizações necessárias em terra e capital fixo e as perdas de produtividade pelo uso de trabalho assalariado frente à responsabilidade individual e ao autocontrole da produção familiar.

3. O caráter social específico dos produtores familiares integrados é dado pelo tipo de reivindicação e organização que os caracteriza. Essas reivindicações têm como sustento o preço recebido pelo produto ou a redução do preço dos insumos. A forma mais importante de organização de autodefesa que gera é a cooperativa, pela qual os produtores procuram se transformar, eles mesmos, em parte do complexo agroindustrial. Portanto, se bem que se confrontem também eles com o capital, as características dessa oposição não podem ser assimiladas às dos trabalhadores assalariados.

4. A dinâmica de transformação dos produtores familiares deve ser entendida a partir do problema do controle da terra e das exigências colocadas pela agroindústria. E nesse contexto de luta pela sobrevivência enquanto produtor familiar que se dá um processo de seleção/expulsão. Esse processo não implica necessariamente aburguesamento ou proletarização rural, e sim, a geração de condições de permanência enquanto produtor rural ou sua expulsão enquanto produtor viável. As categorias analíticas do modo de produção capitalista, embora necessárias, são, portanto, insuficientes para se compreenderem as relações sociais no meio rural.

5. A questão da expropriação do sobre-trabalho do produtor familiar não pode ser concebida da mesma forma que a exploração capitalista do trabalho assalariado. Parte do sobre-trabalho é apropriada pela sociedade (Zamosc, 1979). A parte apropriada pela integradora corresponde aos juros do capital avançado e, geralmente, uma outra parte, a capacidade de imposição de preços mais

baixos que o preço médio do produto vendido no mercado não-integrado.

6. Essas considerações podem ser sintetizadas na fórmula segundo a qual os produtores familiares são transformados pelo processo de integração agroindustrial, e são subordinados e explorados no seu caráter de produtores familiares. Isso determina a especificidade de suas formas de organização, de perspectiva simbólica e de luta. A formação e a dinâmica da integração horizontal depende diretamente da preexistência de determinadas condições históricas no tocante à formação da estrutura agrária e do contexto (econômico, técnico e político) que a empresa integradora tem à disposição para o estabelecimento de suas estratégias.

7. Ao nível da problemática da representação política nas novas condições de integração da produção rural ao complexo agroindustrial, procuramos mostrar que elas levam a uma crescente segmentação do campesinato. De um lado, aqueles que se atrelam ao complexo agroindustrial e, de outro, aqueles que deles ficam marginalizados. Nesse sentido, contestamos a visão que procura enfatizar a unidade do campesinato por este se contrapor ao capital.

8. As reivindicações políticas dos diferentes segmentos de produtores familiares tendem a ser diferenciadas, pois, embora contrapostos ao capital, sua sobrevivência concreta passa por reivindicações e mecanismos de representação diferentes. Por um lado, as camadas integradas canalizam suas reivindicações de ordem econômica, dentro e através de instituições estatais ou associações privadas. Seu horizonte normal de politização se refere à capacidade de se tornarem autônomas das associações representativas em que estão incluídas juntamente com os oligopólios agroindustriais, e criarem suas próprias organizações. As camadas que se marginalizam do processo de integração econômica, por sua vez, realizam reivindicações de ordem mais claramente política, referentes a reformas sociais ou políticas sociais paliativas. Porém, sua capacidade reivindicativa depende, em boa parte, de terem suas exigências assumidas por instituições político-ideológicas mais amplas (partidos, Igreja...), não-originárias, portanto, de seu peso econômico específico e de instituições próprias de representação.